

CORPOS QUE RESISTEM: AS EXPERIÊNCIAS DE HOMENS LGBT'S NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alcidesio Oliveira da Silva Junior

Estudante do curso de Pedagogia – Universidade Federal de Pernambuco (ateneu7@gmail.com)

Resumo: Corpos que se desviam dos padrões impostos por uma sociedade heteronormativa, cristã e cis-gênera, assim são os homens LGBT's que se aventuram nas águas difusas, e extremamente disputadas pelos agrupamentos de poder, da educação. Esta pesquisa busca entender de que forma estes, que cursam ou cursaram Pedagogia, se integram em um ambiente hegemonicamente feminino, partindo da hipótese de que sofrem discriminações diversas no mercado de trabalho. As entrevistas realizadas com 11 homens comprovam as desigualdades de gênero em questão que agravam-se pelo fato de serem LGBT's, tornando-os instrumentos de resistência e de disputas de narrativas através dos seus corpos marginalizados que desconstruem, cotidianamente, o sistema.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Teoria Queer.

Introdução

Corpos que sinalizam, demarcam posições, tornam-se discursos e que transgridem. Libertos do encarceramento sociocultural que outrora eram submetidos, hoje, os homens, heterossexuais e LGBT's, ocupam as salas de aula, resistindo aos olhares atravessados, acusações e as portas que se fecham, navegando por correntezas contrárias que já há bastante tempo as mulheres também se aventuram, testificando as desigualdades de gênero que ainda perduram na sociedade pós-moderna.

Esta pesquisa busca entender de que forma homens gays, bissexuais e transexuais que cursam Pedagogia ou que já são formados se integram em um ambiente hegemonicamente feminino, seja nos estágios ou mesmo no mercado de trabalho como profissionais, relacionando-se com os diversos agentes que permeiam o seu cotidiano escolar: os próprios alunos e alunas, seus pais/mães e os outros funcionários da escola. Para tanto, parte-se da hipótese de que estes homens sofrem discriminações diversas e veem o seu acesso às oportunidades de estágio/trabalho limitadas pelo recorte de gênero e, caso sim, por seus corpos afeminados que fogem à heteronormatividade.

Para tanto, recorre-se aos estudos iniciais sobre a Teoria Queer, reflexão sobre gênero fortemente consolidada nos anos 90 e originada nos Estados Unidos, entendendo que existe uma disputa por narrativas em torno do poder a ele atribuídas, sendo necessária uma análise e, até mesmo, uma exposição das hegemonias que se estabelecem de maneira normativa na sociedade. Pode-se compreender melhor tal teoria na explanação de Seidman (1995):

Os/as teóricos/as queer constituem um agrupamento diverso que mostra importantes desacordos e divergências. Não obstante, eles/elas compartilham alguns compromissos amplos – em particular, apoiam-se fortemente na teoria pós-estruturalista francesa e na desconstrução como método de crítica literária e social; põem em ação, de forma decisiva, categorias e perspectivas psicanalíticas; são favoráveis a uma estratégia descentrada ou desconstrutiva que escapa das proposições sociais e políticas programáticas positivas; imaginam o social como um texto a ser interpretado e criticado com o propósito de contestar os conhecimentos e as hierarquias sociais dominantes. (SEINDMAN, 1995, p. 125).

Segundo Butler (2002, p. 64), “o gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime, os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva”. Assim, compreender o atual sistema com base na teoria da performatividade é importante para confrontar os modelos de heterononormatividade e de como existem padrões aceitos e comportamentos que se desviam totalmente marginalizados pelo *status quo*.

Para a filósofa:

O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história assoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este acto contínuo é confundido com um dado linguístico ou natural, o poder é posto de parte de forma a expandir o campo natural, tornado físico através de *performances* subversivas de vários tipos. (BUTLER, 2011, p. 87).

Assim, percebe-se a construção que rompe a dita naturalidade que cerca a noção de gênero. Tal formatação é concebida ainda antes das crianças nascerem e performada a cada vez que se é dito “menino” ou “menina”, acarretando em um jogo de traços socio e culturalmente bem estabelecidos: vestuário, modos de se portar, falar, cortes de cabelo, brincadeiras permitidas ou não, bem como carreiras/cursos aceitos segundo o gênero identificado e definido pela sociedade em questão.

Romper as barreiras de masculinidade e feminilidade gera consequências diversas, pois o gênero é socialmente construído, repetido, reencenado, sendo ritualizado por estas práticas constantes (BUTLER, 2013). Logo, há uma deslocação ou fluidez de gênero que não se prende ao corpo, mas que varia conforme as épocas, as linguagens instituídas, aos poderes que se estabelecem.

Tais análises são fortemente influenciadas pela teoria da desconstrução proposta pelo filósofo franco-argelino Jacques Derrida (1930-2004), objetivando uma reflexão que decompõe o pensamento binário ocidental, que acaba repercutindo em diversos âmbitos, bem como nas definições de gênero. Ao refletir sobre as contribuições de Derrida, Jonathan Culler assinala que:

Desconstruir uma oposição é mostrar que ela não é natural e nem inevitável, mas uma construção, produzida por discursos que se apoiam nela, e mostrar que ela é uma construção num trabalho de desconstrução que busca desmantelá-la e reinscrevê-la – isto é, não destruí-las, mas dar-lhe uma estrutura e funcionamento diferentes. (CULLER, 1999, p. 122).

As análises pós-estruturalistas do pensamento ocidental começam então a trazer à tona muitos questionamentos quanto a diversos conceitos estabelecidos como verdades, mas que não passavam por um crivo de reflexão que considerasse outras perspectivas, especialmente as que tocassem às subjetividades e culturas diversas. Muito apropriada é a explanação de Guacira Lopes Louro, uma das maiores pesquisadoras sobre a relação de Gênero, sexualidade e educação:

Em poucos anos, tornaram-se possíveis novas tecnologias reprodutivas, a transgressão de categorias e de fronteiras sexuais e de gênero, além de instigantes articulações corpo-máquina. Desestabilizaram-se antigas e sólidas certezas, subverteram-se as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Informações e pessoas até então inatingíveis tornaram-se acessíveis por um simples toque de computador. Relações afetivas e amorosas passaram ser vividas virtualmente; relações que desprezam dimensões do espaço, de tempo, de gênero,

de sexualidade, de classe ou de raça; relações nas quais o anonimato e a troca de identidade são parte do jogo. Impossível desprezar os efeitos de todas estas transformações: elas constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, num primeiro momento, não as experimentam de modo direto. (LOURO, 2008, p. 19-20).

Importante para esta pesquisa também são as contribuições de Foucault a respeito da sexualidade e dos discursos que correm a história fundamentando relações de poder e padrões hegemônicos a respeito do que é permitido e do que é proibido, pois “a relação de poder passa por nossa carne, nosso corpo, nosso sistema nervoso” (FOUCAULT, 2002, p. 151). Segundo este mesmo autor, o direito canônico, a pastoral cristã, e a lei civil “fixavam, cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito” (idem, 1998, p. 38).

Assim, há uma construção tanto a respeito do gênero, como da sexualidade, regulada por discursos de grupos de poder hegemônicos, que ditam a heteronormatividade como régua para as definições de masculinidade e feminilidade, havendo uma resistência histórica quanto a tais binarismos e noção. Para Sayão (2005):

A chegada de um homem num espaço dominado por mulheres e supostamente feminino produz uma sensação de deslocamento, desconfiança e incômodo. Baseada em um estudo de 1959, Willians (1995) constata que os homens que ocupam posições profissionais categorizadas como “femininas” são geralmente vistos como “anomalias”, percepção reforçada pela cultura popular. Além disso, geralmente eles são representados de maneira estereotipada. (SAYÃO, 2005, p. 66).

Importante destacar neste estudo não apenas a questão do não enquadramento dos homens nas profissões ditas “femininas”, mas o recorte de orientação sexual. São homens, mas também são LGBT’s, o que aponta para uma marginalização dos afetos, dos comportamentos, dos traços, das falas, ainda de maneira mais incisiva e regulatória. A sexualidade, portanto, é um “dispositivo histórico” (FOUCAULT, 2009), sendo normatizadora. Segundo Louro (2000):

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. (LOURO, 2000, p. 9).

Nesta pesquisa, também lança-se mão do conceito de discurso de Foucault, útil para a análise que se dará mais à frente. Para ele, os discursos são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (...) são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas (...) e esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (idem, 2007, p. 55). Estes discursos atuam sobre os sujeitos. Para Larrosa (2002, p. 19), “o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos”. Os indivíduos, acometidos de experiências, traduzem-nas através de suas falas, de suas palavras, sendo objetos de estudo interessantes para a reflexão sobre as suas subjetividades latentes.

Portanto, na análise de discurso foucaultiana é importante trazer à tona os silenciamentos, o que está em jogo na formação do poder, o que é dito, o que é reproduzido de maneira acrítica, estabelecendo caminhos para que as narrativas denunciem as práticas que ordenam a atual sociedade em suas proibições e normatividades.

Metodologia

Para esta pesquisa, escolheu-se um levantamento bibliográfico sobre a teoria da performatividade de gênero e análise de discurso, já que trata-se de uma pesquisa exploratória, proporcionando informações sobre determinado assunto, delineamentos, formulação de hipóteses e novos enfoques que surgem com seus resultados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A fim de comprovar ou não a validade da hipótese colocada, bem como levantar reflexões futuras, escolheu-se pela aplicação de entrevista estruturada composta por 13 perguntas, entre abertas e fechadas, feita com 11 homens LGBT's pedagogos em formação ou já no mercado de trabalho, participantes do 38º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia (ENEPE) realizado na Universidade Federal de Alagoas.

Quanto à abordagem, esta pesquisa tem um caráter quantitativo e qualitativo pela escolha em interpretar os dados retirados das entrevistas realizadas com os estudantes, buscando compreender os acontecimentos e experiências em questão.

Resultados e Discussão

A entrevista com os 11 homens pedagogos constatou que 2 deles tem entre 17 a 20 anos, 5 entre 21 a 26 anos, 3 entre 27 a 32 anos e apenas um entrevistado entre 33 a 38 anos. Todos participantes do 38º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia. Destes, apenas um participante havia concluído o curso de Pedagogia, sendo 4 deles do 3º ao 5º período e 6 do 5º ao 9º período. Quanto à área de atuação, 6 estagiam na Educação Infantil, 3 estagiam no Ensino Fundamental II, 1 trabalha de maneira efetiva no Ensino Fundamental I e 1 trabalha no Ensino Fundamental II.

Quando perguntados sobre se haviam sofrido críticas ao escolherem o curso de Pedagogia, apenas 1 afirmou que foi respeitado na sua escolha. Todos os outros sofreram preconceito ou dos familiares ou de amigos, sinalizando que o estigma histórico da vocação dita feminina para os cuidados das crianças ainda permanece, sendo o cargo de professor de crianças ainda estigmatizado e relacionado ao gênero feminino. Ainda não há, em pleno século XXI, uma ruptura desta prática sociocultural construída, vista, portanto, como anomalia de acordo com as palavras de Sayão (2005), já citadas nesta pesquisa.

Complementado a questão anterior, descreveram quais tipos de críticas receberam, ressaltando elementos de desigualdade de gênero, como também de desvalorização da função de professor, encarada por muitos como uma carreira sem futuro. Segundo um dos entrevistados, disseram que o “curso era muito feminino, tem que pensar se você realmente quer isto”, assim como um outro relatou quando disseram que ele “não conseguiria vaga por ser homem”. Estes comentários, típicos da educação machista a qual esta sociedade constantemente se submete, traduzem o pensamento estereotipado e a conexão da maternidade com a Educação infantil.

Muitos comentários também se referiram a questões financeiras, como “curso pouco valorizado financeiramente”, “trabalho desvalorizado, socialmente e economicamente”, “minha avó paterna me falou que eu ia morrer de fome”, “falta de reconhecimento

profissional”, “revalorização e precarização da profissão”, entre outros discursos estruturados dentro de um projeto cultural de desvalorização das profissões ligadas à licenciatura, renegando-as a uma inferiorização de qualidade, investimento, auto percepção e representações sociais negativas. Na análise de discurso foucaultiana, pode-se compreender as relações de poder que se escondem por trás destes discursos, apontando para interesses que se estruturam em torno do pensamento social vigente. Este desnudamento proposto por Foucault revela as práticas políticas, contribuindo para uma reflexão crítica quanto aos caminhos traçados no chamado tecido social, costurado através e nas instituições que atuam na sociedade.

A seguir, 6 estudantes narraram terem tido sua sexualidade questionada por escolherem o curso de Pedagogia. Dois destes pensaram em desistir, revelando a pressão social e psicológica a qual são submetidos diante das padronizações de gênero: “Meu sentimento foi de tristeza, porque é um preconceito e paradigma que deveria ser quebrado e ultrapassado” e “Fiquei pensativo em abandonar o curso”, revelaram. A coação de gênero é diária, já diria Butler (2011), e como não é determinado pela natureza, mas por convenções sociais, é necessário uma ofensiva muito grande para que estas marcas de identidade não se desgrudem dos indivíduos, tornando o processo muito difícil para aqueles e aquelas que fogem às regras. Um dos entrevistados disse que vive “com baixa estima e valia”, sentindo-se inferior em um ambiente onde o feminino prevalece e as consequentes conexões entre a maternidade e o ensino na Educação infantil.

Mostrando resistência diante de tais fatos, dos 11 estudantes entrevistados, 7 nunca pensaram em desistir do curso de Pedagogia. Aqueles que confessaram o desestímulo disseram que “é desanimador ver que não há tanto espaço para homem, inclusive quando vou fazer as PPP’s é algo que eu sempre analiso e nas diversas vezes não há homem dentro da comunidade escolar” e “já pensei em desistir por sofrer preconceitos por parte da maioria das escolas, especialmente as de cunho religioso”. Em uma sociedade de hegemonia cristã, onde os alicerces do patriarcalismo se inserem de maneira tão vívida, nota-se uma maior opressão de gênero nas escolas religiosas, mais resistentes à presença dos homens na Educação Infantil.

Quanto às experiências de discriminação, 9 homens relataram terem sofrido preconceito no estágio ou na escola. São as consequências do rompimento das masculinidades e feminilidades (BUTLER, 2013), através de uma quebra na ritualização esperada, nos procedimentos de comportamento padrão dos homens e mulheres.

Perguntados se perceberam alguma diferença no tratamento dos alunos e alunas quanto a sua sexualidade, algumas experiências foram relatadas: “No início havia muita brincadeira e conversas paralelas pelo meu jeito ser diferente, tive que me impor em diversas situações para que houvesse um respeito”, “as crianças ficam um pouco curiosas, mas depois de contar o quanto a sociedade é plural e diversa, elas conseguem compreender melhor” e “Os que sabem que eu sou gay tem diversas opiniões, alguns me tratam bem e outros me tratam com desdém”. Percebe-se em geral que as crianças acabam reproduzindo as falas que ouvem dentro de casa, comportando-se de acordo com a aprovação dos pais e mães quanto ao que se espera dentro dos padrões de gênero. Logo, tudo aquilo que fugir destas regras anônimas que permeiam a sociedade acabam sendo alvo de comentários de estranhamento, de não entendimento.

Dos entrevistados, ao serem perguntados sobre se as crianças já comentaram algo sobre a sua sexualidade, 5 deles narraram que as crianças são mais tolerantes que os adultos, mais

tranquilas e que “nenhuma criança nasce preconceituosa”, sinalizando que ainda não naturalizaram os estereótipos de gênero que a sociedade aos poucos vai construindo. Não pode-se tirar conclusões a respeito do ambiente mais propício ou tolerante dos lares destas crianças, visto que os pais e mães não foram consultados, podendo também ser um indicativo para o melhor acolhimento dos professores LGBT’s em sala.

Outras respostas indicam o estranhamento quanto aos corpos afeminados que desestruturam a heteronormatividade esperada: “alguns alunos me questionam se namoro e até tentam me empurrar alguma prima”, “já comentaram várias vezes do meu jeito ser diferente dos demais” e “uma vez perguntaram: tio, você é menino ou menina?”. Tais questionamentos apontam para as relações de poder vigentes que estabelecem as normas de sexualidade que precisam ser seguidas (FOUCAULT, 2002). Estas normas têm sido construídas durante toda a história da humanidade, regulando os corpos e disciplinando as mentes. Logo, o não enquadramento nestes moldes acaba tendo repercussões opressoras, de silenciamento, de marginalização e de não aceitação.

Os professores/estagiários também relataram suas experiências com os pais e mães dos alunos e alunas. Destes, 7 disseram não terem tido nenhum tratamento diferente por parte das famílias, porém alguns elementos se destacam nas outras respostas: “Sinto que algumas famílias têm dúvida da capacidade e do meu trabalho por isso, mas nunca dizem ou se referem diretamente à orientação sexual”, “Já sofri preconceito da grande maioria, mas ao conversarem comigo acabam por me respeitar (não sei se por bem ou por mal” e “A família sempre foi a mais resistente em aceitar um professor gay. A relação com eles acaba sendo um pouco mais restrita”.

Portanto, além do fato de serem corpos estranhos em ambientes construídos para as mulheres, são corpos LGBT’s, afeminados, que são menosprezados, que causam repulsa, desconfiança e acabam sendo privados de determinadas funções em sala de aula, como comprovam alguns entrevistados quando perguntados sobre se já haviam sido impedidos de realizar alguma atividade com os alunos e alunas por serem LGBT’s: “higiene íntima com meninos” e “trocar fralda”. Um outro responde: “o meu lado cuidadoso me abriu confiança até para trocar fraldas em creche”. Nesta frase, o “até” enfatiza a não exclusão de uma atividade que normalmente não é realizada pelos homens, tampouco LGBT’s.

Quando perguntados sobre o seu sentimento de fazer parte de um grupo predominantemente composto por mulheres, alguns entrevistados responderam com um discurso de resistência frente à hegemonia dos corpos presentes na área: “Apesar de muitas vezes ser desanimador, acho que quando estou no trabalho, meu corpo diz muito sobre quebrar paradigmas. Então, meu sentimento é de resistência, de luta, para transformar essas visões e questionamentos que surgem”, “Desafiador, gratificante e ao mesmo tempo de se impor como homem capaz de educar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I” e “O sentimento é de coragem, colocar a cara no sol para lutar contra a sexualização da profissão de pedagogo”.

Outros, ainda encaram com desânimo esta luta contra a sociedade heteronormativa e machista que os circunde: “Me sinto um pouco indignado, pois vejo na Pedagogia um vasto campo de trabalho tanto para homens quanto para mulheres”, “Há um medo em como vou conseguir trabalho”, “Há o apagamento da presença do homem nestes espaços”, “Os gays acabam, por sua vez, sendo também vítimas deste sistema, assim como as mulheres”.

Conclusões

As experiências descritas pelos professores LGBT's nesta pesquisa reforçam o quanto as desigualdades de gênero ainda prevalecem na atual sociedade, ainda que com pequenos avanços conquistados pela luta dos movimentos sociais que pautam a diversidade, sejam agrupamentos feministas ou LGBT'S.

Em uma sociedade historicamente construída sob um discurso hegemonicamente heterossexual, cis, branco e cristão, onde os padrões estabelecidos foram configurados em uma perspectiva que normatiza segundo suas predisposições, os corpos desviantes acabam sendo marginalizados, silenciados e, como bem disse um dos entrevistados, apagados. Portanto, homens, especialmente LGBT's, que decidem, contrariando toda uma estrutura sociocultural, adentrar as áreas que predominantemente foram destinadas às mulheres, travam com resistência o binarismo que marca esta sociedade, especialmente ocidental, tornando-se indivíduos que desestabilizam o sistema e que causam inquietações diversas, contrariando as expectativas dos grupos dominantes.

Referências

BUTLER, J. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária editorial, 2002.

_____. Actosperformativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance**. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CULLER, Jonathan. **Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____. História da sexualidade. In: **A vontade de saber**. 19. ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p.17-23, maio 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2018.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SAYÃO, T. D. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: um estudo a partir de professores na creche**. Núcleo de Pesquisas da Educação de 0 a 6. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SEIDMAN, S. Deconstructing Queer Theory or the Under-Theorization of the Social and the Ethical. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven. (Orgs.). **Social Postmodernism. Beyond identity politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 116-141.